

CRISE DO COMÉRCIO

Estado começa a traçar plano de socorro ao varejo

Setor quer desconto nas multas a empresários, mas governo ainda não decidiu forma de ajuda

▄ **ABDO FILHO**
afilho@redgazeta.com.br

Federação do Comércio (Fecomércio) do Espírito Santo e Secretaria de Estado da Fazenda formaram um grupo para analisar a abertura de um Programa de Recuperação Fiscal (Refis) para o comércio capixaba de bens e serviços, como adiantou a edição de quarta-feira de A GAZETA. O pedido foi feito à Sefaz há quatro meses e, ontem, chegou ao governador Renato Casagrande, que prometeu atenção ao pleito.

“Vou aguardar o parecer técnico deste grupo de trabalho para tomar uma decisão. Não há um prazo, mas o Refis do comércio está em avaliação”, disse o governador, que sinalizou com possibilidade de ajudar de outras formas. “Podemos viabilizar algum tipo de financiamento para ajudar quem teve o estabelecimento depredado. Tudo está sendo avaliado”.

A Fecomércio quer um desconto nas multas aplicadas aos comerciantes em dívida com o governo



SIMONE SANDRE

Programa de Recuperação Fiscal está em análise

A Fecomércio-ES defende a isenção da multa sobre as dívidas, ficando apenas com a obrigação do pagamento do valor principal dos juros. O governador não adiantou a decisão.

“O Refis do comércio está em avaliação. Podemos viabilizar algum tipo de financiamento para ajudar quem teve o estabelecimento depredado. Tudo será avaliado”.

— **RENATO CASAGRANDE**
Governador do Estado

Dívidas

20%

dos 120 mil estabelecimentos comerciais do Estado têm algum tipo de pendência com o governo.

estadual. Segundo o presidente da entidade, José Lino Sepulcri, as penalidades respondem por mais

de 50% do valor devido. “A lei é leonina neste sentido. Como é que a multa pode ser maior que dívida e ju-

ros? Queremos a isenção da multa, pagaremos o principal e os juros. Vários Estados já colocaram isso

em prática, queremos os mesmos por aqui”.

Pelas contas da federação, dos 120 mil comer-

ciantes estabelecidos no Estado, 20% têm pendências com o governo. “Noventa e cinco por cento dos lojistas do Estado são micro ou pequenos, estão sofrendo muito com a crise e agora a coisa se agravou com essas manifestações. Em alguns segmentos as vendas caíram 40% nos últimos dois meses. Muitos estão com dificuldades para pagar fornecedores e funcionários, o Refis viria para dar fôlego ao comerciante”, destacou Sepulcri, que quer o programa valendo já em 2013. “Ano que vem tem eleição, não queremos misturar as coisas”.

HISTÓRICO

Em 2009, no auge da crise norte-americana, o governo federal abriu o chamado Refis da Crise para ajudar o caixa das empresas com débitos de tributos federais.

Considerado o maior programa de parcelamento já criado no país, o Programa de Recuperação Fiscal da Crise permitiu a regularização de débitos em atraso com o governo com desconto de até 90% nas multas e de até 40% nos juros de mora, e parcelamento dos débitos em até 180 meses.